

INTERPRETAÇÃO DE PATRIMÔNIO NATURAL PARA A GESTÃO DE PARNAS NA FRONTEIRA AMAZONICA: OS CASOS “MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE” E “CABO ORANGE”.

Claudia Horta¹ & Marta de Azevedo Irving²

A preocupação com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade tem levado a maioria dos países a ter um olhar estratégico em relação ao patrimônio natural, e também à criação de medidas legais para proteger ou regular o uso deste patrimônio. Essas medidas incluem, entre outras, a criação de parques nacionais, que têm como objetivo central, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica. Além do desafio para garantir áreas para conservação do patrimônio natural, outra questão em políticas públicas se dirige a manutenção destas áreas (Azevedo, 1998)

Neste sentido a região Amazônica tem um papel particularmente importante na conservação da biodiversidade global e no cenário econômico e estratégico para o desenvolvimento do país, uma vez que representa a maior extensão de floresta tropical úmida contínua em uma nação, caracterizada por uma notável riqueza de espécies e altos índices de endemismos.

O trabalho proposto insere-se na linha de pesquisa “Planejamento, Implementação e Avaliação de Projetos Ambientais” do grupo de pesquisa “Áreas Protegidas e Inclusão Social” (CNPq/Lattes), vinculado ao Programa Interdisciplinar de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em cooperação com instituições de pesquisa como a Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, estabelecida desde 2004.

¹ Programa Eicos/UFRJ – e-mail: hortalmeyda@hotmail.com

² Programa Eicos/UFRJ

A escolha dos Parques Nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange, foco deste trabalho, se deve a 3 fatores: Fazerem parte de um mosaico de áreas protegidas cobrindo uma área de cerca de 11 milhões de hectares (incluindo unidades federais e estaduais, e terras indígenas), conhecido como “Corredor de Biodiversidade do Amapá”, localizado entre o escudo das Guianas e o estuário do Rio Amazonas.

Em segundo, por serem parques de fronteira, sendo assim o olhar sobre a gestão envolve direta ou indiretamente questões referentes à soberania nacional e políticas de desenvolvimento (Irving, 2004). Por último, a escolha do PNCO e PNMT justifica-se pela necessidade da compreensão da dinâmica da gestão da biodiversidade nesses espaços protegidos, já que a implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) depende também deste olhar em área de fronteira, em sintonia com os compromissos assumidos pelo País no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), quando prevê o estabelecimento e o fortalecimento de redes de colaboração, através das fronteiras nacionais, entre unidades de conservação e demais áreas protegidas contíguas ou próximas.

Desta forma, a interpretação que os atores institucionais envolvidos na gestão de parques nacionais de fronteira têm do patrimônio natural, é de fundamental importância para que se possa compreender melhor seu papel na gestão da biodiversidade em áreas de fronteira.

O presente trabalho tem o objetivo de realizar o mapeamento dos atores institucionais envolvidos na gestão dos parques nacionais de fronteira, com foco no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e Parque Nacional Cabo Orange (PNCO) e, através deste mapeamento verificar a interpretação que os mesmos têm do patrimônio natural e do seu papel na gestão destas áreas protegidas. A partir deste trabalho, espera-se contribuir para a interpretação da dinâmica institucional para a gestão e para a formulação de diretrizes para políticas públicas que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia.

Esta pesquisa tem enfoque de pesquisa aplicada, tendo em vista a produção de conhecimento, que visa contribuir para políticas públicas responsáveis pela implantação, gestão e gerenciamento de parques nacionais na Amazônia. O trabalho constitui-se de pesquisa bibliográfica temática e documental. Como instrumento metodológico para a obtenção de dados serão utilizadas entrevistas a interlocutores institucionais selecionados. A análise de informações será baseada na Análise de Conteúdo (AC).

A palavra patrimônio tem vários significados, como discute Barreto (2001). Segundo a autora, o significado mais comum é “conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem”. Esta autora classifica patrimônio em: patrimônio cultural e patrimônio natural. Rodrigues *in* Funari & Pinsky (2001), afirma que o patrimônio pode ser interpretado sob dois pontos de vista: pelo poder público que busca a valorização dos bens como mercadorias culturais e, pela sociedade, que o compreende como fator de qualidade de vida.

No Brasil, o olhar central na proteção e conservação da natureza “se congrega essencialmente em torno do referencial de “área protegida” (Medeiros *et al.*, 2004).

As Áreas Protegidas são os principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade e representam uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Nestas áreas protegidas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, o que tende a garantir a manutenção do estoque da biodiversidade.

No Brasil, país com elevada biodiversidade e que enfrenta graves problemas ambientais, o desenvolvimento de estratégias que promovam o engajamento ambiental, como forma de integração social e política são essenciais para manutenção da integridade ecológica e conseqüentemente do patrimônio natural (Gaudiano, 2003; Marin *et al.*, 2003; Barbosa *et al.*, 2004). Desta forma, constituem importantes

ferramentas para a conservação do patrimônio natural estudos de interpretação do ambiente natural (Marin *op. cit.*).

Neste contexto, a interpretação de patrimônio natural pelos atores institucionais envolvidos na gestão das UC's e a compreensão da dinâmica de conflitos, talvez represente o primeiro passo para a conservação da biodiversidade em área de fronteira.

Este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre a gestão, no sentido de problematizar as dificuldades e desafios colocados à construção de arranjos institucionais da interação entre governo e sociedade, garantindo a concretização da democratização dos processos decisórios dos governos.

Os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem um tema essencial para gestão da biodiversidade em âmbito nacional e global.

Esse contexto é ainda mais relevante na região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa um território Amazônico no qual interagem duas lógicas distintas de desenvolvimento que se expressam nitidamente sob a ótica de políticas públicas e interpretação de patrimônio natural e conflitos associados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. Turismo, cultura e patrimônio. In:CORIOLANO, N.M.T. (org.). Turismo com ética. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.
- BARBOSA, F.A.R.; SCARANO, F.R.; SABARÁ, M.G.; ESTEVES, F.A. Brazilian LTER: ecosystem and biodiversity information in support of decision-making. Environmental Monitoring and Assessment, v. 90, p.121-133, 2004.
- BARRETO, M. Turismo e legado cultural. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- GAUDIANO, E.G. Education for the environmental citizenship. Interciencia, v. 28, p. 611- 615, 2003.
- IRVING, M. A. Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (AP-Brasil): “Ultraperiferia” ou “Laboratório” para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira? Revista de Desenvolviemnto Econômico – Ano VI – nº 10, pg 26 – 37, 2004.
- MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T.; COMAR, V. Environmental education in a context of the complexity of theoretical perception. Interciencia, v. 28, p. 616-619, 2003.
- MEDEIROS, R; IRVING, M. A. & GARAY, I. A. A proteção da natureza no Brasil. Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano IV, nº 09, 83-93, 2004.
- RODRIGUES, M. Preservar e consumir o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P. e PINSKY J. (orgs.) Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001.